



MOVIMENTO DE MÃES CONTRA A VIOLÊNCIA POLICIAL: LUTA, RESISTÊNCIA E TRAJETÓRIAS ATRAVESSADAS NAS RELAÇÕES DE GÊNERO, RAÇA E CLASSE

Mario Magno de Oliveira Silva¹, Vera Rodrigues²

¹Mestrando em Antropologia, UFC/UNILAB, Fortaleza - CE. E-mail: mariomagno@alu.ufc.br; ²Doutora em Antropologia Social, USP, Fortaleza - CE. E-mail: vera.rodrigues@unilab.edu.br

Resumo: O presente trabalho pretende analisar o contexto histórico do ativismo político dos movimentos liderados por mães que perderam seus filhos vítimas da letalidade da ação policial, a partir da luta, resistência e trajetórias atravessadas nas relações de gênero, raça e classe. Será utilizada uma revisão bibliográfica e análise documental, para investigar uma parcela dos estudos e documentos sobre a temática, tentando imbricar as relações de morte, luto, dor, sofrimento, luta e maternidade na percepção de uma cosmovisão interseccional na luta, resistência e trajetória desses movimentos. Conclui-se que esse movimento social protagonizado por mães fortalece as reinvenções das lutas políticas sociais, sendo vozes inovadoras na prática da organização política e nas lutas interseccionais.

Palavras-chave: Movimento de Mães, Trajetórias, Gênero, Classe, Raça.

Introdução

“Não imaginei que o sonho que tínhamos para meu filho ia ser interrompido pela própria polícia, destruído pela polícia... Porque a gente sabe que na nossa sociedade, se você nasceu pobre, já nasceu marcado para morrer, já nasceu na guilhotina, porque é pobre, é negro, mora na periferia. A gente tem que lutar pelo nosso espaço, pela memória dos nossos filhos, pelos jovens que ainda estão vivos”¹.

Esse relato acima é da Dona Edna Carla, uma das referências de luta do Movimento de Mães e Familiares do Curió, mãe do Aleff Cavalcante, de 17 anos, que foi executado em uma das maiores chacinas do Estado do Ceará, conhecida como a Chacina do Curió^a. O movimento de mães e familiares, em parceria dos movimentos sociais, populares e entidades de direitos humanos ao longo dos anos conseguiram fortalecer as reivindicações das lutas por memória, direitos e justiça, contribuindo para a denúncia do genocídio da

juventude pobre e negra e o terrorismo do Estado^b. Reinventando as lutas políticas sociais e sendo vozes inovadoras na prática da organização política e nas lutas interseccionais.

A partir do século XXI verificamos uma ampliação da cultura de violência e morte nos centros urbanos brasileiros, deslocando-se esse crescimento do sudeste do país para o nordeste², sendo alicerçada pela necropolítica³, definida tanto por agentes estatais quanto pelo crime organizado. Nesse processo de naturalização da violência, do racismo e genocídio, também há insurgências de segmentos que convivem com a violência, são pessoas que transformaram o luto em luta e forjaram movimentos dirigidos por mães e familiares das vítimas da violência letal.

Pensando a construção do movimento de mães a partir das reflexões⁴⁻⁶, trazem que essas vozes são inovadoras na prática de organização política, que a

^a Relato sobre os cinco anos da Chacina do Curió: uma luta por direitos humanos. Disponível em: <<https://www.defensoria.ce.def.br/noticia/cinco-anos-da-chacina-do-curio-uma-luta-por-direitos-humanos/>>. Acesso em: 20 de março de 2022.



linguagem da maternidade^c organiza a luta por direitos, na denúncia da desigualdade, do racismo, da violência e que mostram a força e potência dessas mulheres no enfrentamento contra as práticas abusivas do Estado. As investigações sobre os respectivos estudos, em geral, dirigem-se às questões relativas à morte, luto, dor, sofrimento, luta e maternidade. Todavia, demandas recentes têm emergido neste cenário: a trajetória desses movimentos e o fortalecimento da perspectiva interseccional.

Material e Método

Esse artigo foi desenvolvido como requisito final de avaliação da disciplina Gênero, Alteridades e Feminismos, do Programa Associado de Pós-Graduação em Antropologia UFC/UNILAB, ministrada pela Prof.^a Dr.^a. Violeta Holanda e Prof.^a Dr.^a. Vera Rodrigues, no semestre de 2021.2. Dialogando com a temática do meu anteprojeto de dissertação.

Foi realizada uma revisão bibliográfica e análise documental, investigando uma parcela dos estudos e documentos sobre a temática, tentando imbricar as relações de morte, luto, dor, sofrimento, luta e maternidade na percepção de uma cosmovisão interseccional na luta, resistência e trajetória desses movimentos.

Resultados e Discussão

Nas Ciências Sociais as pesquisas sobre os movimentos de mães e familiares que perderam seus

filhos pela violência do Estado ganham cada vez mais notoriedade, em especial, no Brasil, a partir dos anos 90, quando começou o movimento no país⁷. O período de redemocratização após a ditadura militar que impôs o regime de exceção sobre diversas pessoas, deu lugar aos executados da democracia que, até na atualidade, ceifa milhares de vidas, principalmente, jovens, negros e periféricos.

A experiência das Mães da Praça de Maio, coletivo de mães que tiveram seus filhos assassinados ou desaparecidos durante a ditadura militar na Argentina, entre 1976 e 1983, foi pioneiro enquanto movimento com grande porte a se organizar contra violações de direitos humanos no mundo e que inspirou também o Grupo Tortura Nunca Mais no Brasil⁵.

A luta por memória, justiça, direitos e reparação unificou diversas vozes que estão cansadas, traumatizadas e indignadas pelas marcas deixadas pela violência Estatal através de uma rede nacional. A partir de 2016, ocorre encontros anuais^d da Rede Nacional de Mães e Familiares Vítimas do Terrorismo do Estado, sendo um momento de partilha das experiências de luta e resistência, organização e fortalecimento da busca por memória e justiça. Sendo protagonizadas por mulheres, negras e periféricas que vivem cotidianamente sendo coagidas, perseguidas e reprimidas pelo Estado e que buscam o direito à memória de seus filhos e a garantia do direito de viver de outros jovens.

^b Terrorismo de Estado é a forma em que a governabilidade utiliza de seu regime de forma violenta e utiliza o terror como instrumento de opressão para as camadas populares. Fortificado o conceito através das violações de direitos durante a ditadura militar.
^c "Sou mãe"; "Meu filho"; "Eu enquanto mãe"; "Não tive meu filho para polícia matar".

^d Brasil de Fato, **Mães de Maio**: a reação contra a violência do Estado. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2016/05/13/surgido-da-dor-maes-de-maio-se-tornam-referencia-no-combate-a-violencia-do-estado/>>. Acesso em: 22 de mar. de 2022.



Nos 10 anos de Crimes de Maio, em 2016, em São Paulo, foi realizado o “I Encontro Internacional de Mães de Vítimas da Violência do Estado: por Justiça, Reparações e Revolução!”^e, realizado pelas mães em luto e em luta, que garantiu a consolidação de uma rede nacional de reivindicações e acolhimento. Em 2017, nos dias 19 e 20 de maio, no Rio de Janeiro, foi realizado o II Encontro que contou com a ampliação do movimento e uma intensa cobrança para celeridade de projetos de lei que garantisse reparação e amparo às vítimas do Estado. Já em 2018, foi a hora de ocupar Salvador, durante os dias 16 a 21 de maio, onde estiveram mães, familiares e vítimas de todo o país, da Colômbia e Estados Unidos. Nos dias 18 a 21 de maio de 2019, aconteceu o encontro nacional em Goiás e Brasília. Em 2020 aconteceria no Ceará, mas por conta da pandemia foi adiado para 2022, contudo, foram realizadas durante os anos de 2020 e 2021, no decorrer do mês de maio, através de 14 coletivos de Mães de todo o país, a “Campanha Nacional de Mães por Memória, Justiça, Garantia de Direitos, Pão e Vacina para todos”^f. Em 2020, ocorreu durante a 32ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada pela Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), uma exposição intitulada “Em Luta: vítimas,

familiares, terrorismo de Estado”^g. E, no mês de maio de 2022, nos dias 17 a 20, aconteceu o V Encontro em Fortaleza que reuniu diversos coletivos do país inteiro.

Através de pinceladas epistemológicas⁸⁻¹⁴, busca-se trazer a discussão sobre como a inter-relação dessas categorias impacta diretamente a identidade e a trajetória do movimento de mães.

As investigações sobre os respectivos estudos, em geral, dirigem-se às questões relativas como morte, dor, sofrimento, luto, luta e maternidade, nesse viés, será realizado breves imbricações com as relações de gênero, raça e classe. Nesse sentido, a dor de perder um filho é gigantesca, que são laços e elos familiares dilacerados, “furtado pela morte” e, que após a perda, é gerado o luto pois não tem “reversão” do ocorrido⁸. As narrativas das mães da sua pesquisa mostram as dificuldades de vivenciar uma maternidade solitária nas periferias, que ser mãe de jovem, negro e periférico faz parte das “práticas de resistência cotidiana” e que organizam estratégias de garantir o “direito de ser mães”. Assim, mostrando como as dores, sofrimento, morte, lugar de mãe, preta e periférica organiza a linguagem da maternidade na luta por memória e justiça e disputa concepção de direitos para o Estado brasileiro⁹.

As mulheres negras respondem ao racismo através da raiva, como método de ensinamento e enfrentamento da opressão, de empoderamento e transformação social, pois luta contra a exclusão,

^e Site do V Encontro Nacional de Mães e Familiares de Vítimas do Terrorismo do Estado. Disponível em: Início | Meusite (5encontronacional.wixsite.com) Acesso em: 20 de mai. de 2022.

^f Brasil de Fato, **Mães de todo o Brasil fazem campanha por justiça para seus filhos mortos pelo Estado**. Disponível em: <[Silva MMO, Rodrigues V. Movimento de mães contra a violência policial: luta, resistência e trajetórias atravessadas nas relações de gênero, raça e classe. In: I Mostra Científica em Antropologia e Saúde: Diálogos em Gênero, Diversidade e Direitos Humanos. FIOCRUZ/UNILAB. 2022; 1\(1\):63-67. DOI: <https://doi.org/10.24281/Imostracientifica2022.1.63-67>](https://www.brasildefatoce.com.br/2021/05/06/maes-de-todo-o-brasil-fazem-campanha-por-justica-de-seus-filhos-mortos-pelo-estado#:~:text=Durante%20o%20m%C3%AAs%20de%20maio%2C%2014%20coletivos%20de,fi-lhas%2C%20muitas%20vezes%20v%C3%ADtimas%20de%20agentes%20do%20Estado.>. Acesso em: 20 de mar. de 2022.</p>
</div>
<div data-bbox=)



maltrato, traição e esse é também o sentimento utilizado pelas mães e familiares que perderam um de seus entes¹⁰. As dificuldades e do fardo das “Mães Pretas”, que exercem a função materna, mas que constituem uma série de valores para futuras gerações, como o “pretuguês”, mostrando o papel que as mulheres negras possuem na construção cultural da sociedade¹¹.

A crítica da visão universalista sobre as mulheres, em especial, sobre a essencialização do lugar materno, como relação de aptidão das mães com o carinho e cuidado, na qual também apresenta contradições da essencialização desse lugar¹². “As mulheres negras, moradoras das periferias e faveladas, são ativas nos cenários políticos” e que a “luta/ativismo/militância protagonizados por elas conquistam dimensões fundamentais para avançar” por melhores condições de vida¹³. O conceito de interseccionalidade é uma análise sobre a “interação estrutural em seus efeitos políticos e legais”. Portanto, a interseccionalidade mostra como as mulheres negras vivenciam a discriminação e estão em maior vulnerabilidade na “avenida das identidades”, pois colidem com as “estruturas e fluxos modernos”¹⁴.

Essas autoras afro-latinas e afro-americanas, contribuem para um olhar transversal sobre a realidade do mundo capitalista neocolonial, utilizando com centralidade a perspectiva das relações de opressão de gênero, raça e classe. Assim, percebe-se que está intrínseca na construção do

movimento de mães que perderam seus filhos pela violência letal a cosmovisão interseccional das suas lutas.

Considerações Finais

O movimento social protagonizado por mães fortalece as reinvenções das lutas políticas sociais, sendo vozes inovadoras na prática da organização política e nas lutas interseccionais. Possuindo a cada dia mais força, organização e capacidade de mobilização de importantes segmentos sociais, por conta da continuidade dos altos índices do terrorismo do Estado, na qual é incorporada ainda mais mulheres e familiares, através dos sentimentos gerados pela dor, perda e revolta; ampliação da visibilidade da pauta política por memória e justiça; construção de redes e fortalecimento da atuação nacionalizada, assim, consolidando-se ainda mais enquanto movimento político-social.

Referências

1. Cruz MT. Mães na dor e na luta: as cearenses que buscam justiça pela Chacina do Curió. Ponte Jornalismo, São Paulo. 12 mai 2019. Direitos Humanos. Disponível em: <<https://ponte.org/maes-na-dor-e-na-luta-as-cearenses-que-buscam-justica-pela-chacina-do-curio/>>. Acesso em 20 mar 2022.
2. Cerqueira D, et al. Atlas da Violência - 2019. Rio de Janeiro: Ipea/FBSP. Disponível em: <<https://8021-atlasdaviolencia2019municipios.pdf> (ipea.gov.br)>. Acesso em 20 mar 2022.
3. Mbembe A. Crítica da razão negra. São Paulo: n-1 edições. 2018.
4. Leite MP. “As mães em movimento”. In LEITE, M.P.; P. Birman (orgs.). Um Mural para a Dor: Movimentos Cívico-Religiosos por Justiça e Paz. Porto Alegre, Editora da UFRGS. 2004.
5. Araújo FA. Do luto à luta: a experiência das mães de Acari. Dissertação (Mestrado em Sociologia e

* Exposição destaca a história de famílias de vítimas do Estado | Portal Catarinas.



Política) - Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2007.

6. Vianna A, Farias J. A guerra das mães: dor e política em situações de violência institucional. Campinas: Cadernos Pagu. 2011; 37:79-116.

7. Alvin R. Mães de Acari: uma história de luta contra a impunidade. Florianópolis: Rev Estudos Feministas. 1995; 3(2):577-578.

8. Silva GR. O luto materno em narrativas de vida e de morte: uma abordagem sociológico-discursiva da perda. 2015. 192f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em Linguística, Fortaleza (CE). 2015.

9. Leite ILS. “É Meu Direito De Mãe”: Narrativas de mulheres integrantes do grupo de mães do sistema socioeducativo de Fortaleza. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em

Sociologia da Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza. 2018.

10. Lorde A. Usos da raiva: mulheres respondendo ao racismo”. 1981.

11. Gonzalez L. A mulher negra na sociedade brasileira. In: LUZ, Madel, T., org. O lugar da mulher; estudos sobre a condição feminina na sociedade atual. Rio de Janeiro: Graal. 1982; 87-106.

12. Bairros L. Nossos feminismos revisitados. Florianópolis: Rev Estudos Feministas. 1995; 3(2).

13. Franco M. A emergência da vida para superar o anestesiamiento social frente à retirada de direitos: o momento pós-golpe pelo olhar de uma feminista negra e favelada. In: BUENO, Winnie et al. (Orgs.). Tem saída? Ensaios críticos sobre o Brasil. Porto Alegre: Editora Zouk. 2017.

14. Akotirene C. O que é interseccionalidade? Coleção Feminismos Plurais. Belo Horizonte: Letramento: Justificando. 2018.